

RESENHA

Marcelo RIDENTI e Daniel Aarão REIS FILHO (Orgs.)
História do Marxismo no Brasil -
Volume 5: Partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960
Campinas-SP, Editora da UNICAMP (282 p.)

O Marxismo no Brasil: múltiplas trajetórias, utopias, decepções e contribuições

ANTONIO OZAI DA SILVA *



História do Marxismo no Brasil (Volume V), organizado por Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis Filho, trata dos partidos e organizações dos anos 1920-1960. Nos seis capítulos que compõem o livro aborda-se, de maneira sucinta, a história das esquerdas marxistas no Brasil: o Partido Comunista do Brasil (PCB), o trotskismo, o Partido Socialista Brasileiro (PSB), a Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-POLOP) e a Ação Popular (AP).

Inicialmente, Marcos del Roio analisa a atuação dos comunistas nas décadas de 1920-1940. Trata-se dos primeiros passos do Partido Comunista: as dificuldades objetivas e subjetivas em se firmar enquanto organização política autônoma dos trabalhadores; as debilidades teóricas,

próprias da nossa exígua tradição marxista (ao contrário dos congêneres europeus – onde, em geral, os partidos comunistas surgiram de cisões da socialdemocracia –, o comunismo brasileiro deita raízes no anarquismo, com o partido se constituindo a partir da conversão de militantes libertários, influenciados pela Revolução Russa, ao bolchevismo); a interferência do movimento comunista internacional, através do Bureau Sul-Americano, que resultou no afastamento do grupo dirigente original (Astrogildo Pereira, Octávio Brandão e Cristiano Cordeiro), abortando os esforços, particularmente de Octávio Brandão, em formular uma teoria da revolução brasileira; e as relações conflituosas com o positivismo, o liberalismo e o prestismo. O período analisado pelo autor abrange as origens, consolidação e o quase aniquilamento do Partido Comunista, vítima da onda repressiva durante o Estado Novo getulista.

Segundo a tradição egípcia, existiu uma ave mitológica que vivia por séculos e,



* ANTONIO OZAI DA SILVA é docente na Universidade Estadual de Maringá, doutorando na Universidade de S. Paulo e autor de *História das Tendências no Brasil* (São Paulo, Proposta Editorial).



mesmo queimada, ressurgia das cinzas. Esta ave maravilhosa é conhecida como Fênix. Seu nome passou a ser usado enquanto sinônimo de persistência, tenacidade, referência às pessoas e instituições que sobrevivem às mais duras provas. Assim foi o Partido Comunista em vários momentos da sua história. Nos idos dos anos 1940, renascido das cinzas, tal qual a Fênix, o partido cresceu excepcionalmente, tornando-se um partido de massas, com considerável influência sobre a política brasileira. Este período, marcado pelos estertores do regime varguista, o final da II Guerra Mundial e a reconquista da liberdade e da democracia no Brasil, termina com o golpe militar de 1964. Nesta fase o PCB conquistou a legalidade e perdeu-a, cassado no clima da fria; teve inflexões à esquerda e à direita, oscilando entre uma política de colaboração e alianças de classes a uma retórica esquerdista e revolucionária, para, nos anos 50, com a Declaração de Março, se definir pelo caminho pacífico da revolução brasileira. Todo este percurso tortuoso é analisado por Daniel Aarão Reis Filho.

Da aurora de todos os sonhos (a redemocratização do Brasil a partir de 1945), à longa noite sombria (iniciada com o despotismo militarista de 1964), o PCB se bateu entre reforma e revolução. Este é o mote deste segundo capítulo. É um período que, guardada as devidas proporções conjunturais e históricas, nutre semelhanças com o processo de lutas sociais de finais dos anos 70 e inícios dos anos 1980, com a reconquista das liberdades democráticas, o crescimento do movimento sindical e popular e o surgimento de uma organização política dos trabalhadores, que se firma como novidade, mas que também incorpora a herança histórica do passado pecebista e das esquerdas marxistas.

No terceiro capítulo, Dainis Karepovs e José Castilho Marques Neto resgatam a trajetória dos trotskistas brasileiros, das origens aos anos 1966. O trotskismo se caracterizou por historicamente se restringir a pequenos agrupamentos sem inserção de massas, em geral composto por intelectuais e estudantes. Contudo, o trotskismo também se caracteriza por sua radicalidade e capacidade de interpretar a realidade social brasileira. Segundo os autores, isto permitia aos trotskistas “observar e enunciar realidades que escapavam a outras organizações políticas contemporâneas”. O trotskismo contribuiu ainda para romper com o monolitismo do partido único, dando um caráter pluralista à história do movimento operário e fornecendo chaves teóricas para a discussão dos impasses e derrotas dos projetos da esquerda. (pp. 103-04)

As raízes do trotskismo brasileiro estão nas polêmicas e enfrentamentos no seio do Partido Comunista da União Soviética e na III Internacional. A derrota de Leon Trotsky, o profeta assassinado, determinou a reconfiguração do movimento comunista internacional com a formação da Oposição Internacional de Esquerda e, posteriormente, a IV Internacional. É neste contexto que Mário Pedrosa e outros militantes assumem a tarefa de construir a alternativa trotskista no Brasil. Os autores analisam as contribuições e dificuldades desta primeira geração de trotskistas e das posteriores: suas formulações teóricas, a difícil convivência com os comunistas do tronco pecebista; e seus embates internos, influenciados pela conjuntura nacional e pelas polêmicas no interior da IV Internacional.

Chegamos ao capítulo 4, escrito por Margarida Luiza de Matos Vieira. A autora estuda a contribuição do Partido Socialista Brasileiro, no período 1947-1965. Um primeiro elemento que chama a atenção é que o PSB não se afirmava como



um partido marxista, embora influenciado pelo pensamento de Karl Marx e de outros teóricos marxistas. O PCB reconhecia esta contribuição e se pretendia um espaço aberto a todos que desejassem lutar por uma sociedade fundada no socialismo e na liberdade. No PSB, mescla-se o socialismo democrático, desvinculado da tradição stalinista, com um socialismo inspirado no pensamento de Rosa Luxemburgo, e uma concepção liberal sobre o Estado e a sociedade.

Analisando o programa do PSB, sua prática política e sua trajetória, a autora conclui que o mesmo se constituiu num “partido-semente”, agitador de uma nova concepção política e cultural que deu base a um projeto de cidadania coletiva que, ao contrário dos projetos dos liberais orgânicos e mesmos dos comunistas, combinava as dimensões políticas e sociais da democracia”. (pp. 181-82)

Também aqui, é possível verificar semelhanças com o Partido dos Trabalhadores, em especial na fase da sua formação e nos primeiros anos. Em ambos confluíram várias vertentes do pensamento social. Também o PT se assumiu como alternativa ao marxismo oficial do PCB e ao trabalhismo e, especialmente a partir do seu VI Encontro Nacional, no clima da queda do muro de Berlim, assumiu a democracia como centro da sua política, propugnando um resgate do socialismo democrático. Como o PSB do período estudado na obra, o PT terminou por enfatizar a estratégia eleitoralista, reservando para o socialismo o lugar das agendas.

A radicalização do movimento social nos anos 1960 gerou condições propícias para o surgimento de uma esquerda desvinculada tanto da tradição stalinista quanto da alternativa trotskista atuante à época, o Partido Operário Revolucionário (POR). Nesta conjuntura, acrescenta-se mais um ingrediente: o crescimento da

esquerda católica, em especial no movimento estudantil. É neste contexto que surgem as duas organizações políticas analisadas, respectivamente, por Marcelo Badaró Mattos e Marcelo Ridenti: a POLOP e a AP.

Para a formação da POLOP convergiram militantes descontentes com o reformismo do PCB, setores radicalizados da Juventude Socialista do PSB (Guanabara), parte da Juventude Trabalhista (em Minas Gerais) e outros marxistas independentes. Em sua formação inicial participaram militantes destacados na política e na intelectualidade brasileira: Theotônio dos Santos, Moniz Bandeira, Ruy Mauro Marini, Juarez Guimarães, Emir e Eder Sader, Michel Löwy e Eric Sachs, mais conhecido pelo pseudônimo de Ernesto Martins. A POLOP também é reflexo de uma dissidência a nível internacional, que se distanciara tanto do stalinismo quanto do trotskismo. Neste sentido, seus militantes bebem em fontes luxemburgistas e no pensamento de autores poucos conhecidos no Brasil, como Brandler e Talheimer.

O autor do capítulo sobre a POLOP, intitula-o, apropriadamente, *Em busca da revolução socialista: a trajetória da POLOP (1961-1967)*. Com efeito, a ORM-POLOP é a primeira organização marxista, depois dos trotskistas, que apresenta uma análise da revolução brasileira contestatória à concepção etapista hegemônica pelo stalinismo, e propõe um Programa Socialista para o Brasil. O autor analisa esta contribuição para o debate no seio das esquerdas, suas origens, composição, inserção nos movimentos sociais e faz um breve balanço.

O caso da Ação Popular é singular. Trata-se da síntese construída nos anos 60 entre o marxismo e o cristianismo. O estudo das origens da AP, suas propostas e sua trajetória peculiar nos ajuda a compreender subjetividades,



potencialidades e contradições de projetos societários construídos historicamente. As relações entre religião e política, ou mais precisamente, entre religião e marxismo, permanecem como um mistério a ser desvendado: até que ponto a política é sacralizada? Até onde podemos falar em secularização da religião num sentido político?

O estudo desta experiência nos ajuda a entender esta difícil relação que, diga-se de passagem, não se restringe ao Brasil: esquerda católica e marxismo se mesclam em toda a América Latina. Retornando com força nos anos 1980, a partir da atuação das pastorais e Comunidades Eclesiais de Base fundadas na teologia da libertação, e também devido à experiência da revolução nicaraguense, é um fenômeno que mantém atualidade.

Neste capítulo, o autor também analisa as influências das revoluções cubana e chinesa e a tensão vivenciada pelos militantes da AP entre um humanismo cristão em vestes marxistas e a plena adesão ao ideário marxista, cujo significado pode ser medido por quem experimentou crises religiosas, pois, em última instância, trata-se da negação, não apenas da religião, mas da própria ideia de Deus. Crise semelhante vivenciaram os comunistas quando, na década de 1950, tiveram que romper com o mito de Stalin, a partir das denúncias dos seus crimes. A questão é emblemática: nestes casos pode-se falar em superação plena da religião ou seria o caso de pensarmos num sacerdócio racionalista e secular, fundado em símbolos e na militância marxista. Com isto, sugerimos temas indicados pela leitura; o objetivo do autor, é claro, é analisar a experiência política da AP, das suas origens à sua completa dissolução nos anos 1980.

Sabemos que boa parte dos militantes da AP terminaram por abraçar a ideia de que o partido do proletariado é único e, nos

debates do período, pareceu-lhes que este partido era o Partido Comunista do Brasil (observemos que vários dirigentes deste partido são originários da AP). Os organizadores da História do Marxismo anunciam que o próximo volume da História do Marxismo tratará, entre outros temas, do Partido Comunista do Brasil. Está ótimo! Porém, em nossa singela opinião, o presente volume, pelo período abordado, seria o espaço mais apropriado, pois, forneceria um quadro mais abrangente das esquerdas até os anos 1960.

Sabemos que a História do Marxismo é uma longa história. Quando, nos anos 1980, o prestigiado historiador Eric J. HOBSEBAWM organizou a História do Marxismo, em âmbito internacional, abriu-se a possibilidade de compreensão desta história sem os maniqueísmos, sectarismo e dogmatismos presentes na trajetória dos marxistas. Como escreveu HOBSEBAWM, prefaciando o primeiro volume da série:

Começamos pelo pressuposto evidente de que a História do Marxismo não pode ser considerada como algo acabado, já que o marxismo é uma estrutura de pensamento ainda vital e sua continuidade foi substancialmente ininterrupta desde o tempo de Marx e Engels. (1983: 13)

Um projeto com esta amplitude só teria sucesso se partisse do princípio de que o marxismo deve ser tratado no plural, como também os temas e os autores devem respeitar este pluralismo. Neste sentido, é mais correto nos referirmos aos marxismos e não propriamente ao marxismo, no singular. Como bem salientou Carlos Nelson Coutinho:

Ao admitir o fato real do pluralismo nas investigações marxistas, não se está admitindo um relativismo vulgar ou um ecletismo anticientífico. O que está é se constatando outro fato real: que também no interior do marxismo, a busca da verdade não pode fugir à



explicitação ampla e democrática de um debate aberto, de um livre confronto de ideias. (Id., da apresentação)

Tudo isto parece óbvio, não fosse a tradição sectária, dogmática e autoritária presente no movimento comunista. Não por acaso, o próprio Marx recusou a alcunha de marxista.¹ Não esqueçamos que nos tempos sombrios as divergências eram superadas de uma forma abominável: pelo aniquilamento físico (Trotsky e os militantes dos POUM, durante a guerra civil espanhola, são exemplos clássicos desta triste memória histórica). Tempos em que se proibia a amizade, namoro ou qualquer tipo de aproximação com os inimigos da classe operária, ou seja, os

trotskistas. Prevalencia a lógica da política amigo-inimigo.

Portanto, um dos aspectos mais relevantes desta História do Marxismo no Brasil, desde o seu primeiro volume, é o tratamento pluralista dos temas, seguindo a trilha aberta pela obra organizada por Hobsbawm.² O leitor mais jovem ou menos afeito à política marxista, no passado e no presente, pode até mesmo considerar natural tamanho pluralismo. Mero engano! Em outros tempos não muito longínquos, uma obra com estas características seria impensável e impraticável. Recordo-me por exemplo, das dificuldades que tive quando, nos anos 1980, encetei a saborosa aventura de escrever *História das Tendências no*

¹ HAUPT analisa as origens dos termos marxismo e marxista e mostra sua evolução, da singularidade à pluralidade. (Ver: HAUPT, Georges. Marx e o marxismo. In: HOBBSAWM, Eric J. (org.) História do marxismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980. Vol. 1, pp. 347-75). Também BATALHA, no volume 2 de História do Marxismo no Brasil, resgata este tema. (Ver: BATALHA, Cláudio H. M. A difusão do marxismo e os socialistas libertários na virada do século XIX. In: MORAES, João Quartim de (Org.) História do Marxismo no Brasil – Volume II: Os influxos teóricos. Campinas-SP, 1995, Editora da Unicamp, 1995, pp. 11-15).

² A ideia de elaborar uma História do Marxismo no Brasil surgiu a partir das discussões do Grupo de Trabalho Partidos e Movimentos de Esquerda, vinculado à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), criado em 1982 pelos professores Marco Aurélio Garcia, Paulo Sérgio Pinheiro e Leôncio Martins Rodrigues. O primeiro volume de História do Marxismo no Brasil foi lançado em 1991 (Rio de Janeiro, Paz e Terra). Esta obra, dividida em seis capítulos, trata do impacto das revoluções sobre o movimento operário brasileiro, com artigos de: Evaristo de Moraes Filho, João Quartim de Moraes, Michel Zaidan, Daniel Aarão Reis Filho, Raimundo Santos e Emir Sader. A partir do Volume II, a obra passou a ser publicada pela Editora da Unicamp. Os organizadores da obra planejam o lançamento do volume VI, que tratará da trajetória do PCB após o golpe militar de 1964, a (re)organização do Partido Comunista do Brasil (PC do B), as experiências da esquerda armada, os trotskistas nos anos pós-1966 e os marxistas no

partido dos trabalhadores. Enquanto aguardamos ansiosamente a publicação da obra, sugiro ao leitor a seguinte bibliografia:

FREDERICO, Celso. A Esquerda e o Movimento operário. (Três volumes: o primeiro, de 1987, editado por Edições Novos Rumos, São Paulo; os outros dois foram publicados pela Oficina de Livros, de Belo Horizonte, 1990 e 1991, respectivamente)

GORENDER, Jacob. Combate nas Trevas – A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo, Ática, 1987

KECK, Margareth E. PT: A lógica da diferença – O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira. São Paulo, Ática, 1991.

PORTELA, Fernando. Guerra de Guerrilhas no Brasil. São Paulo, Global, 1986.

REIS F, Daniel Aarão Reis. A Revolução faltou ao encontro – Os comunistas no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1990.

REIS F, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira de. (Orgs.) Imagens da Revolução: Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. Rio de Janeiro, Editora Marco Zero, 1985.

SILVA, Antônio Ozaí da. História das Tendências no Brasil (Origens, cisões e propostas). São Paulo, Proposta Editorial, s.d.

_____. Os partidos, tendências e organizações marxistas no Brasil (1987-1994): permanências e discontinuidades. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Sociais da PUC/SP, sob orientação de Maurício Tragtenberg, em março de 1998)



Brasil. À época, ainda sob o rescaldo da ditadura militar, este era um tema tabu: muitos se recusaram a falar sobre ele; outros nutriam uma desconfiança política-ideológica (afinal, era um jovem sem militância nas organizações tradicionalmente vinculadas ao marxismo); desconfiança no tocante à segurança (ainda se tentava superar os insuperáveis sofrimentos da ação repressiva e da clandestinidade). A todas estas dificuldades, perfeitamente compreensíveis, juntava-se a exígua disponibilidade de fontes bibliográficas.

Em compensação, o raiar da liberdade aguçou o espírito da nova geração sedenta de saber³; uma geração sem militância nas organizações tradicionalmente vinculadas ao marxismo e que estavam sujeitas a um anticomunismo velado ou explícito, seja no interior de organizações como o PT, em movimentos pastorais ligados à Teologia da Libertação, no movimento sindical e social em geral. Nunca esqueço os conselhos para que me afastasse de determinado indivíduo, porque este cometia o grave pecado de ser comunista.

Minha geração, em sua maioria, desconhecia a História do Marxismo. E os marxistas não contribuíam muito para se fazerem conhecer. Reduzidos às organizações sobreviventes do ciclo ditatorial apegavam-se em demasia a uma retórica que dificultava a aproximação dos que ainda não haviam se iniciado nos

mistérios da militância em tendências. Tratava-se de marcar posição, ocupar as trincheiras e fazer valer suas verdades. Este clima favorecia o sectarismo, mas não anulava os movimentos de tentativa de converter as consciências e conquistar novos quadros. Eram verdadeiros assédios às consciências em formação.

Converter-se pressupunha conhecer – sob o risco de se tornar um papagaio, repetidor de fórmulas e discursos políticos memorizados pelas leituras fáceis e a doutrinação dos líderes. E mesmo os não convertidos, pouco a pouco, se deram conta de que era preciso conhecer os marxistas, ainda que com o objetivo de melhor combatê-los. Num e noutro caso, o ato de conhecer estava vinculado ao agir, à militância.

Embora a época atual testemunhe, para muitos, a crise das utopias e o interesse acadêmico prevaleça sobre a curiosidade militante, pensamento que se faz ação, a obra *História do Marxismo no Brasil* é uma contribuição fundamental a quem deseje conhecer a trajetória dos partidos e organizações de inspiração marxista. Hoje, quando o Partido dos Trabalhadores governa cidades e Estados e se credencia para dirigir o país, torna-se fundamental retomar e aprender com a história. A História do Marxismo também cumpre este papel. Seja por objetivos acadêmicos, seja por desígnios militantes, é essencial conhecermos o nosso passado histórico.

³ Um exemplo que ilustra esta sede de conhecimento sobre o marxismo foi a aceitação que teve o *História das Tendências no Brasil*, publicado em 1986/87. A primeira edição, em formato Jornal-Livro, teve a tiragem de cinco mil exemplares; a segunda edição, formato livro, foram dez mil. Sem contar com propaganda ou grandes esquemas de distribuição, as edições esgotaram-se. Deve-se registrar o trabalho de vários amigos e

companheiros (que levavam os livros em suas bagagens para os eventos que ocorriam à época), o trabalho do Centro Pastoral Vergueiro (CPV), na verdade, o maior centro distribuidor para o movimento operário e popular; e, a contribuição da Editora Ensaio, que distribuiu o livro no chamado circuito comercial. Este registro não é uma necessidade do ego, mas apenas para ilustrar o clima da época no tocante ao tema.